



---

ÁREA TEMÁTICA: População, Gerações e Ciclos de Vida

---

O que é “ser adulto”? As práticas e representações sociais – A Sociologia do Adulto.

---

SOUSA, Filomena Sousa

Doutoranda em Sociologia

ISCTE

filom\_sousa@yahoo.com

---

### Resumo

Tem-se desenvolvido um extenso e importante trabalho sobre a transição dos jovens para a vida adulta mas, não será relevante tentar saber o que significa “ser adulto” para que se compreendam melhor esses processos de transição? Como se pode entender a transição para algo que não se sabe muito bem o que é?

Com o propósito de promover a construção de uma Sociologia do Adulto em Portugal desenvolveu-se a investigação “O que é ser adulto? As práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” em Portugal”. Estudo realizado no âmbito do Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em parceria com o Institut National d’Études Démographiques (INED - Paris).

Avança-se agora com os resultados do questionário aplicado em 2006 a uma amostra de 1571 indivíduos residentes em Portugal continental e com idades entre 25 e 54 anos. Esta investigação pretende contribuir para o desenvolvimento de teorias que potenciem as possibilidades da vida social do adulto na modernidade avançada, assim como apreender quer a unidade quer a diversidade que caracterizam a adultez.

Palavras-chave: Sociologia do Adulto; adulto padrão; adulto inacabado; adulto híbrido, adultez





## Introdução

### O que é ser adulto? A pertinência sociológica da questão

Não há uma estrutura teórica organizada sobre o estudo social da adultez. Se é com alguma facilidade que se encontra uma extensa bibliografia sobre o tema da infância, da adolescência, da juventude e do idoso, o mesmo não se passa em torno do conceito de adulto.

O estudo da vida adulta encontra-se inscrito na bruma e na marginalidade porque exige um exercício de desconstrução para conceber o adulto fora da sua “normalidade” ou mesmo da sua “banalidade”. Esse exercício implica o questionamento quer do que, a nível social, é normalizado, imposto e proporcionado quer do que, a nível individual, se pensa, faz, projecta e ambiciona em relação à vida adulta. É possível que o receio e a “recusa de ser adulto” resultem do desconhecimento do que significa, nos dias de hoje, viver esta fase de vida – sabe-se que muita coisa mudou, mas não se compreende em que sentido.

Tem-se desenvolvido sobretudo um extenso e importante trabalho sobre a transição dos jovens para a vida adulta mas, não será relevante tentar saber o que significa “ser adulto” para que se compreendam melhor esses processos de transição? Como se pode entender a transição para algo que não se sabe muito bem o que é? Não será pertinente pensar na construção de uma Sociologia do Adulto?

O modelo de transição que identifica a aquisição do estatuto de adulto com estabilidade (profissional, financeira e familiar) tem sofrido várias pressões sociais, por isso, a *adulter* tem interessado, a partir dos anos 90, um maior número de estudiosos. As mudanças resultaram do crescimento das aspirações à mobilidade social; da mudança no sistema familiar e matrimonial; da possibilidade de se programar e adiar o momento da procriação; do aumento da esperança de vida; das mudanças nos modos de passagem à vida profissional (que conduzem menos frequentemente a um emprego estável); do prolongamento escolar; do incremento do consumo, da informação e da promoção do lazer e do hedonismo (Teixeira, 2001).

Apesar do défice conceptual, a temática da idade adulta tornar-se cada vez mais actual sendo inegável a importância do seu estudo. É neste âmbito que surgem diversos termos que tentam contextualizar a ambivalência complexa e paradoxal quer da determinação dos limites das categorias etárias quer do conceito de vida adulta, termos como: *adulter*, *adultado*, *adulteridade*, *adulterescência*, *andragogia*, *maturescência*, *antropolescência* (Boutinet 1998/2000; Silva, 2003).

Considerar a adultez enquanto categoria social e objecto da Sociologia do Adulto é entender que esta fase de vida implica especificidades, problemas e características próprias que devem ser objecto de atenção, de estudo e de intervenção política e social. É supor que “ser adulto” não é um estádio estanque, mas algo que experimenta a mudança de acordo com o contexto histórico e social em que se enquadra.

Com o propósito de promover a construção de uma Sociologia do Adulto em Portugal desenvolveu-se a investigação “O que é ser adulto? As práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” em



Portugal”. Estudo realizado no âmbito do Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa ISCTE) em parceria com o Institut National d’Études Démographiques (INED - Paris) e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Esta pesquisa está a ser orientada pelo Professor Mário Leston Bandeira (ISCTE), a Professora Paula Vicente Duarte (ISCTE) e o Professor Jacques Véron (INED).

## 1. Objectivos de investigação e metodologia

Enquanto perscrutora da Sociologia do Adulto em Portugal, a presente pesquisa pretende evidenciar a necessidade de se identificarem formas de entender e viver a adultez. Esta investigação pretende contribuir para o desenvolvimento de teorias que potenciem as possibilidades da vida social do adulto na modernidade avançada, assim como apreender quer a unidade quer a diversidade que caracterizam a adultez, ou seja: (a) entender se existe a representação de um “adulto-modelo” que referencia os indivíduos; (b) entender se, na prática, existe um “modo de ser adulto”; ou então (c) verificar se existe uma multiplicidade de modelos que se modificam de acordo com exigências culturais e socioeconómicas; (d) perceber se um modelo predominante coexiste com diversos modelos alternativos e ainda (e) se há coincidência entre as práticas e as representações sociais sobre o que é “ser adulto”.

Neste momento é possível avançar com os resultados do questionário aplicado em 2006 a uma amostra de 1571 indivíduos residentes em Portugal continental e com idades entre 25 e 54 anos (a média de idades é de 40 anos); 55% dos inquiridos são do sexo feminino e 45% do sexo masculino; 63,1% com ensino até ao 3º ciclo do básico, 20,5% de indivíduos com ensino secundário e 16,4% com ensino médio e superior; 61,8% dos inquiridos residem em meio classificado como predominantemente urbano (litoral do país) e 38,2% residem em meio classificado como predominantemente rural (interior do país) (INE, 1998).

De referir que neste questionário consta uma *matriz biográfica*, um instrumento de recolha de dados sobre trajetórias de vida ainda pouco utilizado em Portugal. A particularidade da matriz biográfica, desenvolvida pelo Groupe de Réflexion sur l’Approche Biographique do Institut National d’Études Démographiques (INED), reside no seu carácter multidimensional que permite analisar diversas interações entre os diferentes domínios da vida do inquirido contando sempre com a presença da dimensão tempo. Permite ainda apreender os processos de mobilidade espacial, profissional e a evolução da estrutura familiar dos indivíduos assim como as diferenças detectadas entre os inquiridos das gerações estudadas – a geração de 1952-1961, a de 1962-1971 e de 1972-1981.

## 2. Resultados – as representações e práticas sociais sobre o que é “ser adulto”

### 2.1 A diversidade das representações: o adulto padrão, o adulto inacabado e o adulto híbrido

Através da realização de uma análise de componentes principais foi possível reduzir as 22 variáveis utilizadas para medir o que os inquiridos consideram importante para “ser adulto” (Figura 1) em seis componentes: (1) hedonismo protegido; (2) conjugalidade e parentalidade<sup>1</sup>; (3) boa condição física, intelectual e emocional; (4) reflexividade sobre a vida; (5) independência e autonomia e (6) rotina e salário.

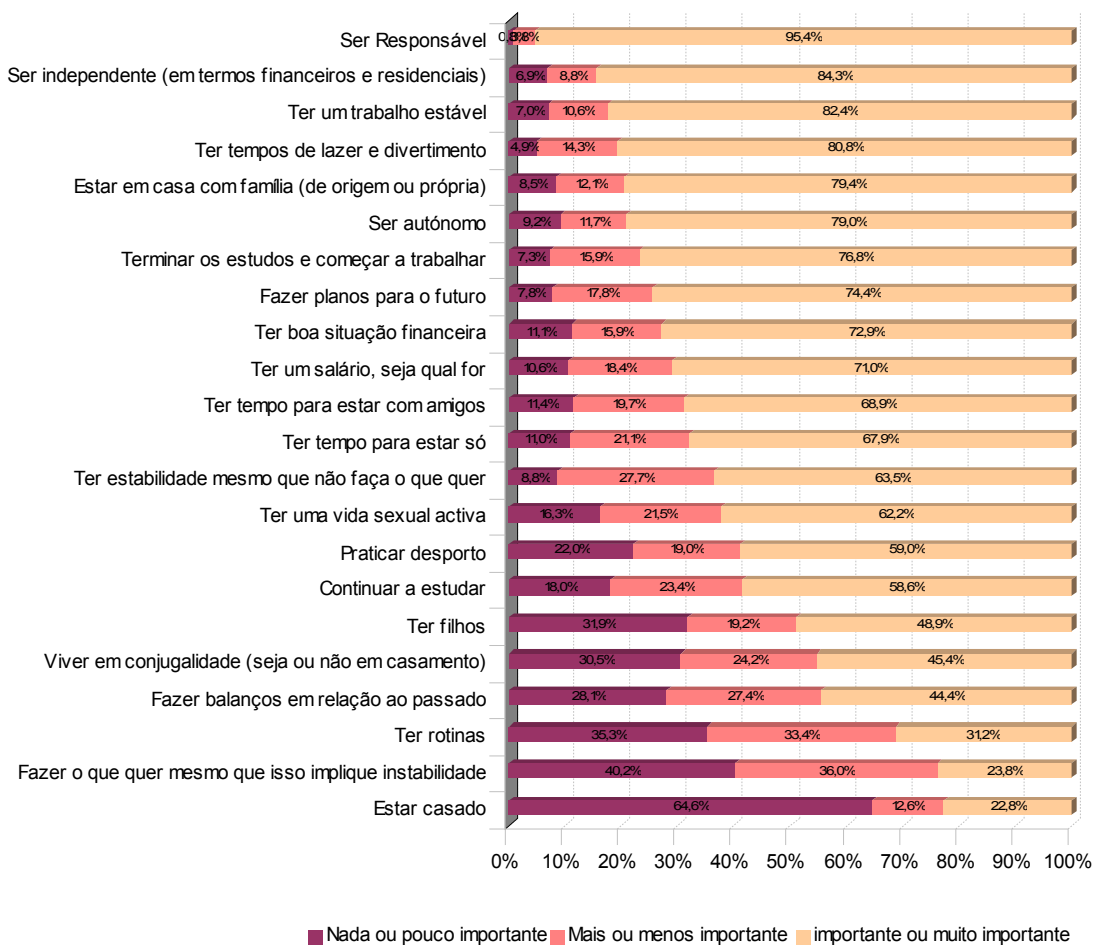


Figura 1. O que é mais importante para se “ser adulto”



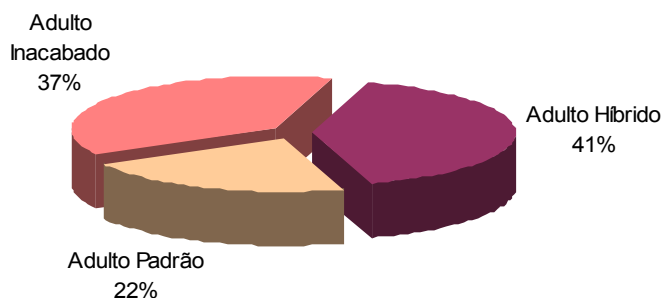
Nesta análise<sup>ii</sup> é curioso verificar que a valorização da estabilidade profissional e financeira surge vinculada à importância das práticas de lazer, sociabilidade e divertimento. Este facto levou à conceptualização de uma dimensão *sui generis* sobre o que é entendido como importante para se “ser adulto” – o “hedonismo protegido”. Esta componente traduz a ideia de que existe uma valorização quer do trabalho quer do hedonismo, este último promovido e protegido pela autonomia financeira adquirida com a entrada na vida activa.

Também a variável “importância de ter uma vida sexual activa” está agregada à dimensão “hedonismo protegido”. A sexualidade parece, assim, distanciar-se da esfera da conjugalidade e da procriação e aproximar-se das práticas de experimentação, prazer e lazer.

Encontradas as seis dimensões acerca do que é considerado importante para se “ser adulto”, realizou-se uma análise de clusters<sup>iii</sup> que permitiu identificar três grupos de inquiridos segundo as diferentes valorizações atribuídas a cada dimensão. Foi possível identificar:

1. o grupo que valoriza a representação do *adulto padrão* – aqueles que valorizam a estabilidade profissional, conjugal e familiar – em particular a componente “conjugalidade e a parentalidade” (média = 0,775) e a componente “independência e autonomia” (considerando especialmente a independência financeira e residencial) (média = 0,359);
2. o grupo que valoriza a representação do *adulto inacabado* – os que valorizam as componentes “hedonismo protegido” (média = 0,589), “reflexividade sobre a vida” (média = 0,141) e também a “independência e autonomia” (média = 0,146);
3. o grupo que considera importante a representação do *adulto híbrido* – os que valorizam quer componentes do adulto padrão quer componentes do adulto inacabado. Inquiridos que valorizam a componente “reflexividade sobre a vida” (média = 0,269) mas também as “rotinas e um salário seguro” (média = 0,220). Indivíduos que comparando com o adulto padrão, valorizam menos a componente “conjugalidade e parentalidade” (média = 0,038) e comparando com o adulto inacabado, não consideram tão importante a componente “hedonista” (média = -0,504), no entanto, valorizam a componente “boa condição física, intelectual e emocional” (média = 0,320) à qual estão vinculadas as variáveis “estar com a família”, seja a família de origem, seja a família própria<sup>iv</sup>, “prática de desporto” (actividade de lazer) e, em particular, “continuar a estudar” (promoção da aprendizagem ao longo da vida).

A amostra reparte-se pelos grupos de seguinte forma: 41% inquiridos valorizam a representação do adulto híbrido; 37% valorizam a representação do adulto inacabado e 22% a representação do adulto padrão (Figura 2).



**Figura 2. Distribuição dos inquiridos por grupo – adulto padrão, inacabado e híbrido**

A denominação atribuída aos grupos das representações de adulez tem por base uma parte da investigação teórica que sustenta a presente pesquisa. O conceito normativo e tradicional do “adulto padrão” assenta na ideia de que é possível atingir uma maturidade e realização definitiva, é um conceito que remete para a origem latina da palavra adulto - *adultus* que define aquele “que terminou de crescer”. Um conceito produto de um quadro tradicional de exigências imposto e não questionado desde os meados do século XIX até ao final da Segunda Grande Guerra (Boutinet, 2000; Silva, 2003).

A denominação “adulto padrão” remete para a sociedade de produção, o adulto da estabilidade profissional, financeira e familiar; o adulto instalado; que tem um percurso mais ou menos predefinido e linear; que projecta a longo prazo; um adulto “sério” e “formal” que pode ser ainda remetido para a ideia de “rotina”.

Após a Segunda Grande Guerra, sobretudo nos anos 60 e 70, o termo adulto adquire novos significados. Com a dita modernidade avançada, reflexiva, complexa e global, questiona-se a estabilidade e as consequências do progresso. Substitui-se o “adulto padrão” – como estado terminado e estático – pelo “adulto inacabado” – sujeito a um contínuo processo de construção e desenvolvimento. O adulto «é entendido doravante (...) [em] maturidade vocacional nunca atingida, mas em contínua conquista» (Boutinet, 1998/2000:17).

O adulto inacabado perspectiva-se (voluntariamente ou pressionado) para a permanente evolução, prolonga tempos de experimentação, vive a instabilidade, a mobilidade profissional, é o adulto das novas profissões e dos novos modelos conjugais que projecta a curto ou médio prazo e que valoriza a sociabilidade com amigos, os cuidados com a saúde, o copo e a imagem.

Em resumo é possível definir três modelos que estão na base da definição do conceito de adulto: (a) um modelo tradicional do adulto padrão – estático, estável, que caminha para uma maturidade que se entende como definitiva; (b) o *adulto em perspectiva*, do perene desenvolvimento vocacional e (c) o *adulto como*



*problema*, do caos vocacional<sup>9</sup>. Estes dois últimos modelos têm, nos últimos trinta anos, caracterizado as direcções para onde se encaminha o adulto inacabado.

Perante estas definições do conceito de adulto (adulto padrão, adulto inacabado em perspectiva ou adulto problema) considera-se que todas coexistem actualmente no indivíduo e na sua forma de viver a adultez. Estabelece-se um paradoxo particular entre a representação tradicional e a representação moderna (optimista ou pessimista) do que é “ser adulto” e com isso surge a definição de adulto híbrido. Tendo em conta a situação da sociedade portuguesa o adulto híbrido vincula-se na existência de “mudança na continuidade” e de “continuidade na mudança” (Machado & Costa, 1998).

### **Os perfis sociodemográficos dos grupos de representação da adultez**

Existe uma relação de dependência entre as representações da adultez – adulto padrão, adulto inacabado e híbrido – e as variáveis sociodemográficas, nomeadamente a idade ( $\chi^2 = 23,603$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a habilitação escolar ( $\chi^2 = 33,849$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a situação conjugal ( $\chi^2 = 28,464$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ), a profissão actual ( $\chi^2 = 34,160$ ,  $p\text{-value} = 0,001$ ), o tipo de território ( $\chi^2 = 22,477$ ,  $p\text{-value} = 0,000$ ) e o género ( $\chi^2 = 7,810$ ,  $p\text{-value} = 0,02$ ).

O grupo de inquiridos que valoriza a representação do adulto padrão é tendencialmente constituído por inquiridos de idades mais avançadas (45-54 anos), casados, residentes no meio rural, com menor nível de ensino, com profissões menos qualificadas, ou seja, este grupo corresponde a um estatuto socioeconómico baixo.

O grupo de inquiridos que valoriza a representação do adulto inacabado é maioritariamente constituído por inquiridos do grupo de idades mais baixo ou do grupo intermédio (25-34 anos ou 35-44 anos), encontram-se em união de facto, divorciados, separados ou solteiros, têm o ensino médio ou superior e profissões intelectuais ou científicas, este grupo corresponde a um estatuto socioeconómico mais elevado. A vinculação ao sexo feminino é ligeiramente superior.

O grupo de inquiridos que valoriza a representação do adulto híbrido tem um perfil semelhante ao global da amostra: predominância de residentes no meio urbano, casados, com profissões de qualificação intermédia, escolaridade até ao 3º. ciclo do ensino básico ou o ensino secundário e correspondem a um estatuto socioeconómico médio.

Ao nível das representações assume-se, assim, a existência de um “novo adulto” híbrido e inacabado e verifica-se o afastamento em relação a uma representação hegemónica que valoriza essencialmente um único tipo de adulto, formal e padronizado.

O facto de identificarem-se três grupos de representações acerca do que é importante para se “ser adulto” mostra que não existe apenas uma, mas várias formas de entender a adultez. Comprova-se a diversidade e, sendo a representação do adulto padrão menos valorizada que a do adulto híbrido ou inacabado, promove-se um novo olhar sobre a fase de vida adulta.





## 2.2. As práticas sociais – as “primeiras, segundas e terceiras experiências”<sup>vi</sup>

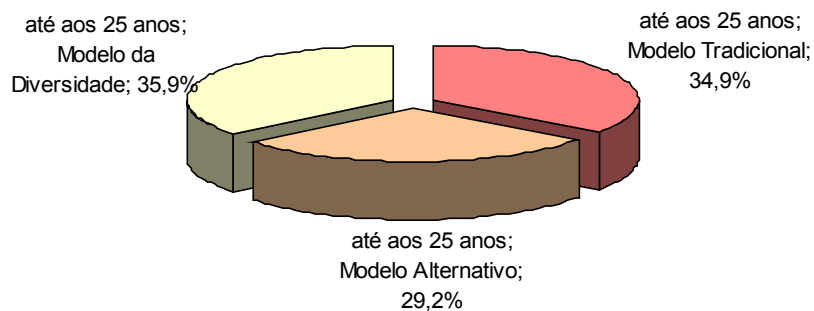
### O percurso biográfico – as “primeiras experiências”

Analisando a ordem pela qual se verificam as primeiras experiências conclui-se que até aos 25 e 30 anos existem três modelos dominantes de entrada na vida activa, na conjugalidade e na aquisição de residência própria: o modelo tradicional, o alternativo e o da diversidade.

Relacionando as idades de entrada no eixo privado com as idades de entrada no eixo público é possível concluir que aos 30 anos a maioria dos inquiridos (80%) já tinham vivido tanto a primeira experiência profissional como a primeira conjugalidade e já tinham constituído agregado familiar próprio em residência própria. A ordem mais frequente pela qual acontecem estes eventos passa por entrar primeiro na vida activa e mais tarde, passado cerca de cinco anos, viver a primeira conjugalidade ao mesmo tempo que se constitui agregado familiar próprio (modelo tradicional). Esta prática está, contudo, vinculada ao grupo de idades mais avançadas pois, nos últimos trinta anos, existe um decréscimo de 26,4% nas trajetórias em que a sequência fica completa até aos 25 anos e de 14,5% até à idade dos 30 anos.

Aqueles que ainda não experimentaram até aos 30 anos uma ou duas das dimensões estudadas são indivíduos que têm actualmente entre 25 e 34 anos (em particular do sexo masculino) e que, na sua maioria, apenas iniciaram a vida activa (modelo alternativo).

Para um número significativo de inquiridos as idades de entrada nas dimensões do eixo público e privado acontecem de modo diversificado e conforme vinte e quatro tipos de sequências possíveis<sup>vii</sup> (modelo da diversidade). Este facto permite concluir que, para além dos modelos mais representativos, existe ao nível das práticas e dos percursos biográficos, uma multiplicidade de possibilidades de entrada na adultez (Figuras 3 e 4).



**Figura 3. Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 25 anos**



**Figura 4. Modelos de entrada – vida activa, conjugalidade e residência própria – até aos 30 anos**

Conclui-se ainda que o modelo de idades de entrada sincrónicas é uma construção meramente teórica pois raramente o primeiro emprego, a primeira conjugalidade e a constituição de agregado familiar próprio acontecem no mesmo ano.

### O percurso biográfico – as “segundas e terceiras experiências”

Ao admitir a possibilidade de na adultez viver-se um modelo de experimentação não linear e caracterizado pela «passagem por diversas experiências sociais ao longo de um processo interactivo, feito de ensaios e erros» (Galland, 1996: 43) contempla-se a hipótese de existirem “segundas, terceiras ou mais experiências” nos percursos dos adultos.

Analisando o número de experiências vividas ao nível do eixo público e privado da vida adulta conclui-se, porém, que, mesmo não existindo um percurso único e linear, existe um percurso mais representativo: ter uma única experiência de conjugalidade, ter múltiplas experiências profissionais (três ou mais) e ter mudado de residência (três ou mais vezes).

Independentemente do número de experiências profissionais e residenciais a maioria dos inquiridos vive uma única relação conjugal, ou seja, enquanto que ao nível da conjugalidade a trajectória mantém-se relativamente “simples e única”, o mesmo não se verifica nas dimensões residencial e profissional, pois estas apresentam percursos mais complexos. Em média, a maioria dos inquiridos vive duas a três experiências profissionais e uma relação conjugal em três locais de residência diferentes.

Para interpretar de modo mais preciso e profundo os dados anteriormente descritos acerca das representações sobre o que é “ser adulto” e as práticas na adultez, avança-se de seguida para a pormenorização e contextualização dos resultados à luz da evolução das teorias e conhecimentos



produzidos no âmbito da Demografia, da Sociologia da Família, da Sociologia do Trabalho e da Sociologia do Lazer.

### 3. Para se “ser adulto” é muito importante “ter um trabalho estável”

É incontestável a valorização do trabalho na construção da identidade adulta e em especial a importância atribuída à estabilidade profissional: os inquiridos consideram que para se “ser adulto” é importante ou muito importante “ter um trabalho estável” (82,4%); poder “fazer planos para o futuro” (74,4%); adquirir uma “boa situação financeira” (72,9%); ter estabilidade “mesmo que não se faça o que se quer” (63,5%); ou, então, em qualquer circunstância, ter a oportunidade de “ganhar um salário, seja ele qual for” (71%). Em contrapartida, a importância dada ao “fazer o que se quer (em termos profissionais) mesmo que isso implique instabilidade” desce para 23,8% (Figura 1).

Na adultez ter um trabalho significa, em sentido amplo, ter identidade social e pessoal. O trabalho dá sentido a várias dimensões da vida, mesmo os compromissos conjugais e familiares estão subordinados a um sentimento subjectivo de segurança no trabalho (Nimal, 2000).

O trabalho é, actualmente, a principal norma de integração dos indivíduos na sociedade, atribui status, significado e inscreve os adultos num meio físico e social que permite a construção de uma estratégia identitária assente em atitudes, práticas e papéis a desempenhar. O modo de ser, fazer, pensar e viver em sociedade subordina-se fortemente à identidade profissional. A imagem de si, tal como a adultez, é condicionada pela situação dos indivíduos face ao mercado de trabalho. Numa perspectiva holística, o indivíduo faz parte do todo social quando está integrado profissionalmente, caso tal não aconteça pode ser rejeitado e excluído (Brillon, 1986; Levy-Leboyer, 1986; Nimal, 2000).

Na adultez, independentemente do contexto social, alcançar a estabilidade no trabalho torna-se um objectivo premente. O subemprego e a precariedade laboral, preferíveis à inactividade, são, contudo, *actividades de substituição* (em substituição do emprego estável não alcançado ou da ameaça de desemprego) e é raro serem deliberadamente escolhidas pelo adulto como actividades que caracterizam determinado estilo de vida. Na adultez é muito importante que a sucessão de estatutos provisórios advindos de contratos a prazo ou biscates seja ultrapassada e converta-se numa posição profissional mais estável, em consonância com expectativas mais ambiciosas ou a origem social dos indivíduos.

Para se “ser adulto” importa passar pela experiência do “verdadeiro” trabalho, mesmo que este deixe de ser o emprego estável para o resto da vida e passe a ser o emprego que possibilita a estabilidade durante, pelo menos, alguns anos.

#### 3.1. A adultez e a instrumentalização do trabalho

Para se “ser adulto” é muito importante ter a oportunidade de “ganhar um salário, seja ele qual for” (71%) ou “ter estabilidade mesmo que não faça aquilo que se quer” (63,5%) (Figura 1). Estes resultados mostram que as teses que previam, há cerca de vinte anos atrás, que os valores instrumentais do trabalho seriam



substituídos por valores expressivos não se verificaram. Na adultez o trabalho continua a ser entendido como uma fonte de receita e não como uma possibilidade de bem estar-subjectivo, de autonomia, iniciativa ou realização pessoal (Pires 1998, Vala 2000; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos 2003).

Perante a modernidade avançada supunha-se que a importância do trabalho como mera fonte de rendimentos (onde prevalece a representação do *homo economicus*) fosse comutada pela importância da auto-expressão e da liberdade, dessacralizando-se o desenvolvimento económico em favor de critérios mais humanistas e ecológicos. A centralidade do trabalho nas vidas das pessoas não seria, então, encarada como um reflexo da sua necessidade económica, mas sim como o resultado de uma actividade gratificante (Pires, 1998; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos 2003). Essa comutação, porém, não aconteceu – enquanto as condições materiais e de segurança (“básicas”, na perspectiva de Maslow [1954]) não estiverem satisfeitas mais valorizadas serão, em detrimento dos valores intrínsecos (Miranda, 2003; Pires, 1998; Vala, 2000; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos, 2003).

Os indivíduos ajustam as suas expectativas às restrições desenvolvidas ao nível das organizações do trabalho, das carreiras profissionais e das condições contratuais. Desvalorizam a possibilidade de promoção e progressão na carreira e querem, acima de tudo, ter um salário – condição que consideram obrigatória para serem reconhecidos enquanto adultos.

### 3.2. O adulto o trabalho e o lazer

A importância atribuída aos diferentes tipos de valorização do trabalho não é, contudo, estanque – pode variar ao longo do percurso de vida dos indivíduos conforme as suas experiências profissionais e os contextos socioeconómicos. A abordagem mais tradicional dos valores do trabalho (entre instrumentais e expressivos) pode, ainda, ser permeável a novos domínios como, por exemplo, ao hedonismo que começa a ganhar expressão e que tem sido pouco trabalhado (Vala, 2000; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos, 2003).

Os resultados apurados na presente investigação corroboram a presença de uma vertente hedónica no trabalho ao demonstrarem que as recompensas materiais adquiridas através do mesmo não servem apenas para resolver questões de sobrevivência ou necessidades básicas (como o referido na teoria de Maslow [1954]). Estas também se destinam ao financiamento de hábitos de consumo ligados a comportamentos hedónicos, como por exemplo, viajar, passear, sair em lazer e com amigos. O valor do trabalho intercepta-se com o valor do lazer em benefício da progressiva valorização do consumo.

Estes factos indicam que a generalidade dos inquiridos, consciente da incapacidade de progredir na carreira, tenta, pelo menos, manter uma situação segura e estável em termos de bem-estar material (situação indispensável para se afirmar como adulto). Conclui-se, ainda, que por um lado, as condições objectivas são geridas segundo uma estratégia de ajustamento “pragmático” das aspirações à realidade, isto é, projecta-se um futuro cada vez menos ambicioso e mais próximo da situação em que o indivíduo se encontra. Por outro lado, a evasão parece advir de uma estratégia de compensação que leva o adulto a investir parte dos seus rendimentos em consumos diversos e actividades de lazer (Freire, 2000; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos, 2003).



#### **4 Para se “ser adulto” é muito importante ter tempo e dinheiro para o “lazer e o divertimento”**

Na adultez a “ética do lazer” não se traduz nas representações de aventura ou risco<sup>viii</sup>. O lazer é valorizado como recompensa pela capacidade de manter (com relativa satisfação) a estabilidade no trabalho e na família. Perante situações de instabilidade, o lazer será apenas uma forma de evasão e de escape a dificuldades que se esperam provisórias (Freire, 2000; Miranda, 2003).

O tempo livre (ou o “estar sem fazer nada”) resultante de situações de trabalho intermitente ou temporário<sup>ix</sup> não apraz aos adultos (jovens adultos, adultos jovens e adultos de meia-idade). Para estes a liberdade e usufruto de tempos de lazer implica estabilidade profissional e independência financeira. Certas actividades implicam mesmo o consumo de bens e serviços de elevados custos e «a fruição desse tempo do “prazer” tem de ser fortemente alicerçada no desempenho de uma vida profissional relativamente intensa» (Freire, 2000: 275).

Se por um lado “sair e divertir-se” são práticas usualmente associadas aos jovens estudantes, por outro lado estes nem sempre têm a capacidade financeira para gozar em pleno dessas actividades. Ter um “trabalho estável” e “boa situação financeira” permite ao adulto – de modo independente e autónomo – fomentar comportamentos experimentados na adolescência e na juventude. Por exemplo, viajar para locais exóticos, por envolver gastos elevados, tornou-se uma prática recorrente e associada às férias dos adultos. As próprias férias tornaram-se para os adultos um “ritual” social importante que marca (e por vezes domina) os projectos anuais.

As actividades de sociabilidade assumem-se cada vez mais como um elemento básico do lazer. Estar na companhia de outros sem qualquer obrigação (para além das que se têm voluntariamente) provoca um sentimento agradável que é valorizado (Elias, 1985). Estas actividades ganham expressividade na fase da vida adulta pois promovem a conexão com os outros indivíduos e potenciam o reconhecimento social. Cerca de 80% dos inquiridos considerarem que para se “ser adulto” é importante ou muito importante o “lazer e o divertimento” e cerca de 70% avaliam da mesma forma a importância de “sair com amigos” (Figura 1).

Em relação a estas actividades os inquirido não só as valorizam como as praticam frequentemente – cerca de 50% saem uma a duas vezes por semana em lazer e 43% saem três ou mais vezes, apenas 7,6% não saem para se divertir.

Embora a valorização do lazer, do divertimento e do “sair com amigos” seja quase unânime, em relação ao total da amostra aqueles que mais a valorizam (para a construção do estatuto de adulto) pertencem, predominantemente, à geração de 1962-71 e de 1972-81 (inquiridos com idades entre os 25 e os 44 anos) (lazer:  $\chi^2 = 13,576$  e  $p\text{-value} = 0,009$ ), vivem em união de facto ou não vivem em conjugalidade (lazer:  $\chi^2 = 25,636$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ; sair com amigos:  $\chi^2 = 18,393$  e  $p = 0,005$ ) e valorizam principalmente a



representação do adulto inacabado (lazer:  $\chi^2 = 72,916$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ; sair com amigos:  $\chi^2 = 77,533$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ).

Estes indivíduos são também os que efectivamente saem em lazer e com amigos<sup>x</sup>, contudo, a condição socioeconómica (que não influi nas representações) determina as práticas. Os inquiridos que, por semana, saem três ou mais vezes em lazer e com amigos pertencem predominantemente a um estatuto socioeconómico médio (que caracteriza a generalidade da amostra), possuem o ensino secundário (lazer:  $\chi^2 = 27,438$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ; sair com amigos:  $\chi^2 = 51,179$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ) e profissões pouco ou semi-qualificadas (lazer:  $\chi^2 = 24,735$  e  $p\text{-value} = 0,016$ ; sair com amigos:  $\chi^2 = 55,379$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ). Estas práticas estão associadas particularmente ao sexo masculino (lazer:  $\chi^2 = 22,840$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ; sair com amigos:  $\chi^2 = 36,219$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ).

Conclui-se neste ponto que a “ética do lazer” não é uma manifestação de efeito geracional, ela tem significados diferentes para os jovens e para os adultos mas é valorizada e está presente no quotidiano de ambos. Para os adolescentes e jovens está mais próxima da representação de boémia e aventura, para os adultos da ideia de evasão, investimento e recompensa.

Os dados recolhidos fazem repensar o modelo teórico clássico do adulto formal cuja estabilidade financeira e profissional estaria vinculada, principalmente, à estabilidade conjugal e à constituição de agregado familiar próprio. Permite ainda falar da mudança de prioridades e da valorização de práticas anteriormente associadas apenas à juventude como sair com amigos, ter férias, passear e divertir-se.

Estes resultados devem-se ao facto de nesta pesquisa as três gerações estudadas (de 1952-61, de 1962-71 e de 1972-81) terem adquirido hábitos e comportamentos juvenis plausíveis de persistirem na vida adulta (principalmente entre as duas últimas gerações). Considerando os mais velhos da geração de 1952-1961, estes indivíduos aos 20 e 25 anos foram, em Portugal, contemporâneos da revolução, dos movimentos estudantis e políticos e da valorização da juventude enquanto categoria social. Os mais novos desta geração e os indivíduos das gerações de 1962-71 e de 1972-81 fizeram parte da diversidade de culturas juvenis difundidas nos anos 80, 90 e 2000 – dos “punks”, dos “betos”, dos “góticos”, dos “metaleiros”, dos “yuppies”, dos “freaks”, dos “dreads” e de outros. Antes destas gerações a juventude não tinha, em Portugal, expressão significativa enquanto categoria social, passava-se directamente da adolescência para a vida adulta. A partir dos anos 80 o cenário muda e os adultos de hoje mantêm, na adulez, práticas que iniciaram na sua juventude.

## 5. A elevada importância da família na adulez

A família representa valores culturais de solidariedade e de convivência essenciais para o adulto. Independentemente da sua forma, a família permanece a célula fundamental para o suporte afectivo, e por vezes económico, dos seus membros (sejam eles dependentes ou independentes em termos residenciais). O princípio fundador da família moderna é a qualidade da relação de intimidade entre pessoas e, mesmo depois de constituir-se agregado familiar próprio, raramente existe uma separação definitiva em relação à família de origem (Almeida, 2002; Cicchelli, 2000; Cunha, 2000; Guerreiro, 2000; Peixoto, 2000; Singly, 2000/2001; Torres, 2001).



Na adultez é incontestável a valorização da família, 79,4% dos inquiridos consideram importante ou muito importante “estar em família” para se “ser adulto” (Figura 1).

O aumento da importância das relações de intimidade, da vontade pessoal e dos sentimentos no seio familiar implica a depreciação da família enquanto instituição, a desvalorização das “amarras do parentesco” e da vertente materialista da família. A família deixa de servir para concentrar e transmitir património tornando-se num local de segurança afectiva e ontológica, valorizada pelas suas características expressivas e por compensar a inquietação, a destabilização e o risco gerado nas sociedades da nova modernidade (Almeida, 1986; Giddens, 2001; Singly, 2000/2001; Torres, 2000 e 2001; Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos 2003).

Contrariam-se, assim, as antigas suposições que previam a crise ou o declínio da família, a sua importância no quotidiano e na construção e manutenção da identidade do adulto está reforçada (Vala, J., Cabral, M.V, & Ramos, 2003).

Na concepção da adultez eleva-se, assim, a importância de uma coesão familiar forte e dos suportes afectivos e materiais que a família proporciona, mas recusam-se redes excessivas de dependência. Viver em família (seja família nuclear ou família de origem) exige permanentes ajustes e o apoio familiar não deve dificultar a percepção de autonomia ao nível quer da esfera pessoal quer da esfera profissional e social. Essa autonomia possibilita a imagem positiva de si enquanto indivíduo adulto e a vida familiar ou conjugal não é suportável caso não existam os tempos e espaços de separação (Singly, 2000/2001). «As separações são, pois, o garante da individualização no seio da família relacional. Mesmo mal colocados, [os tempos de separação] valem sempre mais que a sua ausência, permitindo alternância entre vida pessoal e vida comum.» (Singly, 2000/2001, p. 66).

## **6. A escassa importância da conjugalidade para se “ser adulto”**

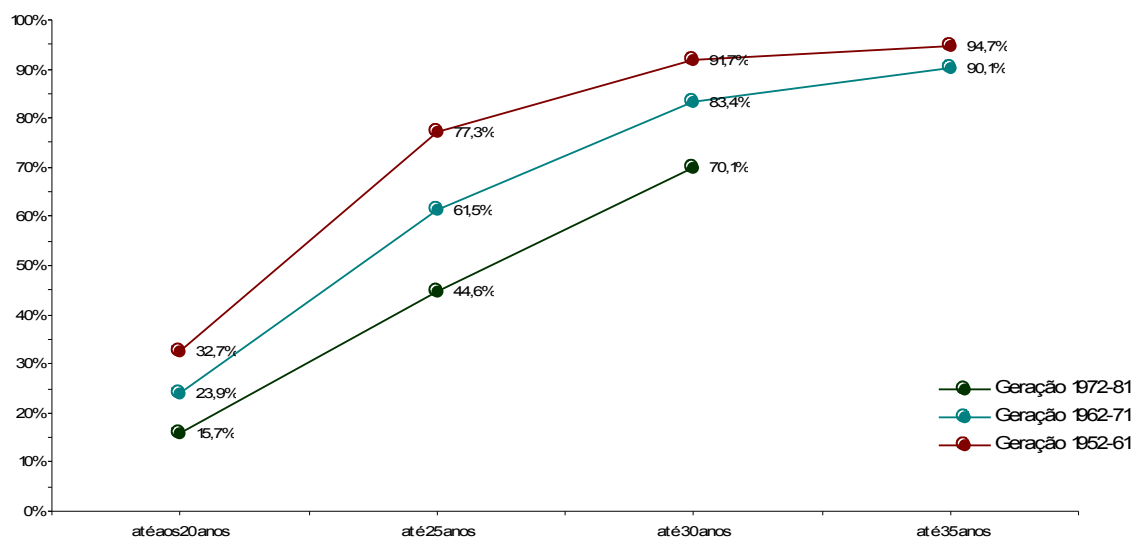
Se por um lado o envolvimento familiar é aludido como muito importante para a aceção da adultez, por outro lado relativiza-se a importância da dimensão conjugal: cerca de 65% dos inquiridos consideram que para se “ser adulto” é nada ou pouco importante “ser casado” e não chega a metade da amostra os que acham importante ou muito importante “viver em conjugalidade” (45,4%) (Figura 1).

Atendendo que o casamento é a instituição que enquadra a maioria das relações conjugais dos inquiridos<sup>xi</sup> esta representação parece desajustar-se da realidade, porém, comparando as representações com os percursos biográficos, conclui-se que a desvalorização da importância da conjugalidade acompanha de perto as práticas da geração mais nova, aqueles que têm hoje entre 25 e 34 anos e adiam a idade de entrada nesta dimensão<sup>xii</sup>.

Entre os valores acumulados dos percursos das duas gerações mais afastadas regista-se um decréscimo de cerca de 33% dos inquiridos que viveram a primeira relação conjugal até aos 25 anos. Enquanto que a maioria dos inquiridos da geração de 1952-61 (77,3%) iniciou a sua primeira relação conjugal até essa idade (em média o sexo feminino aos 20,5 anos e o sexo masculino aos 22), parte dos inquiridos da geração de 1962-71 e dos mais novos (geração de 1972-81) adiaram a entrada na



conjugalidade para o percurso vivido entre os 25 e os 30 anos (Figura 5) (em média o sexo feminino aos 27 anos e o sexo masculino aos 28). Estes resultados apontam para a crescente dissociação entre casamento, conjugalidade e adultez.



**Figura 5. Idade da primeira relação conjugal por gerações**

### 6.1. Para se “ser adulto” é pouco ou nada importante casar

A centralidade dos sentimentos e da expressividade nas relações familiares promove novas formas de encarar a conjugalidade. Uma das alterações mais evidentes tem a ver com a mudança do significado da instituição casamento e, em particular, com a recusa da sua indissolubilidade caso se manifeste insatisfatório para os cônjuges (Torres, 2001). Neste sentido, o casamento já não corresponde à aquisição de um estatuto definitivo no eixo privado da adultez.

Retomando os resultados da presente pesquisa e comparando os percursos vividos pelas gerações mais distantes até aos 25 anos e entre os 25 e os 30 anos verifica-se que, para além de em todos os grupos geracionais predominar a opção do casamento, entre os mais novos<sup>xiii</sup> diminui a percentagem dos que optaram pelo mesmo para formalizar a sua primeira experiência de conjugalidade (por exemplo, até aos 25 anos passou-se de 87,9% [geração de 1952-61] para 60,3% [geração de 1972-81]) aumentando os valores das uniões de facto (por exemplo, até aos 25 anos passou-se de 12,1% para 39,7%) ( $\chi^2 = 63,308$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  até aos 25 anos e  $\chi^2 = 37,025$ ,  $p\text{-value} = 0,000$  entre os 25 e os 30 anos).

A passagem de um modelo conjugal mais institucional para um modelo mais relacional parece, assim, ser uma passagem geracional dos mais velhos para os mais novos. Também diz respeito à passagem de um eixo socialmente mais desfavorecido para um eixo socialmente mais favorecido, nomeadamente em termos de capital escolar (Vasconcelos, 1998).



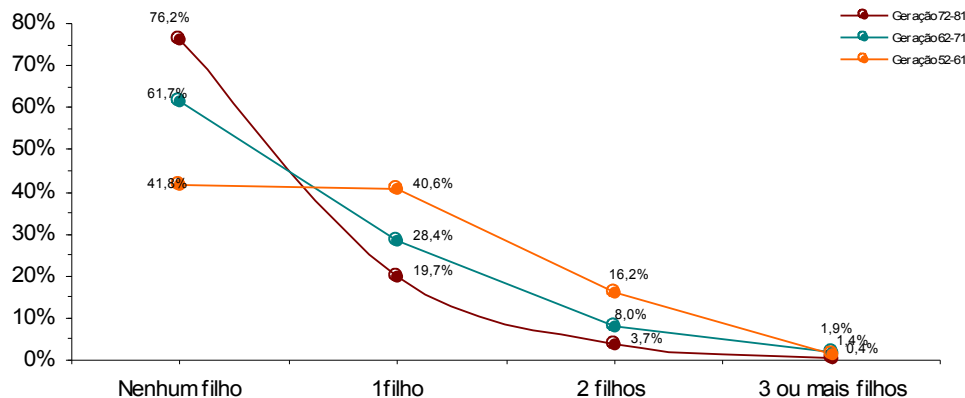


## 7. O adulto que adia a procriação e tem menos filhos

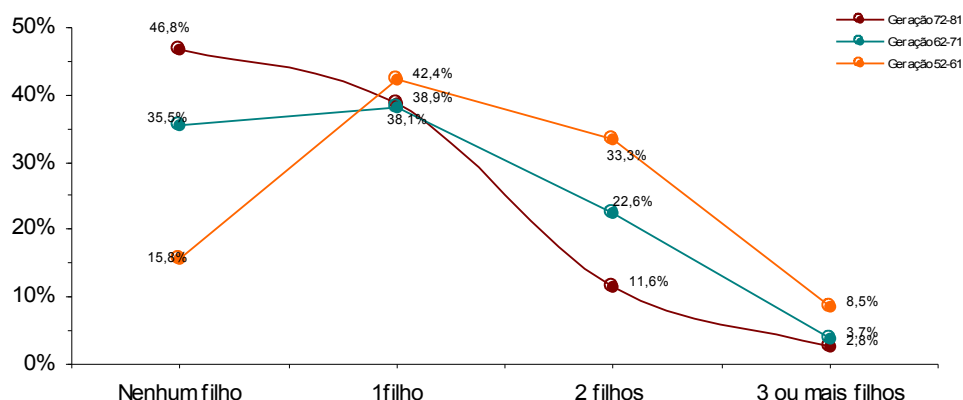
Na sociedade actual promovem-se novos valores sobre a procriação e o lugar que a criança ocupa na família. Em relação à adultez não chegam a metade do total da amostra os inquiridos que acham importante ou muito importante “ter filhos” para se “ser adulto” (48,9%) (Figura 1).

O adulto conquista, cada vez mais, a possibilidade de programar projectos autónomos que alteram as etapas predefinidas pelos ciclos de vida biológicos e socialmente aceites. O controlo da fecundidade (ter menos filhos e tê-los mais tarde) perspectiva um novo tipo de adultez, nesta, o adulto apropria-se do “seu tempo de vida” e ganha autonomia para organizar, como bem entender, os seus percursos e calendários. A prioridade recai sobre as decisões individuais (Almeida, 2002; Bozon, 2002; Singly, 2000/2001; Torres 2001).

Comparando a data do nascimento do primeiro filho dos inquiridos de diferentes gerações registam-se diferenças significativas. Considerando os que tiveram o primeiro filho até aos 25 anos ou aos 30 anos, verifica-se, entre a geração de idades mais avançadas (1952-61) e a geração mais nova (1972-81), um decréscimo na ordem dos 30% dos inquiridos que tiveram o primeiro filho até essas idades (Figuras 6 e 7).



**Figura 6. Número de filhos até aos 25 anos por gerações**



**Figura 7. Número de filhos até aos 30 anos por gerações**

Aos 30 anos verifica-se, então, que também decresce significativamente o número dos inquiridos que têm dois filhos – 33,3% dos inquiridos da geração com idades mais avançadas (1952-61) já tinham dois filhos até essa idade, valor que desce para 11,6% entre os inquiridos da geração mais nova (menos 21,7%)<sup>xiv</sup>. Ter três ou mais filhos é pouco frequente em qualquer geração, no entanto, quando aos 30 anos se comparam os valores das gerações extremas a percentagem desce 5,7%.

Resumindo, o início da procriação tende a ser mais tardio diminuindo a probabilidade de ter um elevado número de filhos e verificando-se uma maior incidência de famílias com a chamada estrutura triangular invertida de seis para um (quatro avós e dois pais para uma criança, estrutura na qual os progenitores estão em maioria).

O nascimento do primeiro filho e a procriação deixam de ser considerados aspectos fundamentais para o jovem adulto assumir a entrada na vida adulta estável. Deixam igualmente de apresentar-se como momentos de passagem biológica e socialmente pré-definidos para serem entendidos, segundo uma “nova ética de vida”, como desafios adiados para as idades dos 25 aos 30 anos ou mesmo para depois dos 30 anos. Nas idades avançadas, perante o fenómeno da fecundidade tardia e do aumento das famílias recompostas, a procriação, desvinculando-se dos eventos da transição para a vida adulta, pode mesmo assumir-se como prática de “rejuvenescimento”.

A escolha do “momento certo” para se ter filhos pode depender de diversos factores: do grau de envolvimento do casal; da qualidade da relação; do nível de satisfação de cada um dos cônjuges em relação à sua vida pessoal e profissional; da identificação ou não de um “bom pai” ou de uma “boa mãe” no(a) parceiro(a); da necessidade de estarem “mais alguns anos sós”; de quererem ou não abdicar de tempos livres e de lazer; de quererem ou não mudar de estilo de vida e de se encontrarem ou não numa situação económica favorável ao nascimento de uma criança.

A queda da fecundidade não pode ser interpretada como efeito de uma única causa. Admite-se, porém, que a contracepção é o instrumento técnico que a tornou possível. A autonomia dos indivíduos face ao ciclo de vida dito “tradicional”, faz-se sentir de forma cada vez mais intensa e é apoiada por processos científicos



cada vez mais eficazes (Costa, 2004). Esta propensão aumenta conforme aumentam os capitais escolares e profissionais dos progenitores. Por outro lado, o adulto ao ter de corresponder a um perfil consumista e concorrencial pode ainda remeter a ideia de procriação para mais tarde não devido a uma estratégia individual consciente, mas a uma estratégia socialmente influenciada. A desvalorização da parentalidade para se “ser adulto” pode, assim, ser consequência da pressão socioeconómica sobre o indivíduo.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. N., André, I. M., & Lalanda, E. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 317-409.
- BOUTINET, J-P. (1998/2000). *A imaturidade da vida adulta*. Porto: Rés-Editora.
- BOZON, M. (2002). Des rites de passage aux «premières fois» une expérimentation sans fins. *Agora Debats/jeunesses*, 28, 22- 32.
- BRILLON, M. & Renaut, A. (1986). *Psychothérapie et changement de carrière* (pp. 189-214). In G. R. Grâce & P. Joshi. *Les Crises de la vie Adulte*. Paris: Editions Vigot.
- CICHELLI, V. (2000). Individualismo e formas de apoio: entre lógica incondicional e personalização da parceria intergeracional (pp. 114-132). In C. Peixoto, F. Singly, & V. Cicchelli. *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV.
- CUNHA, R. (2000). Políticas para a conciliação trabalho-família (pp. 23-26). In M. D. Guerreiro (org.) *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*. Actas do Seminário "Conciliação entre trabalho e vida familiar e solidariedade intergeracional". Lisboa: CIES-ISCTE.
- ELIAS, N., & Dunnung, E. (1985). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel difusão Editorial Lda. pp. 139-185
- FREIRE, J., Bernardo, J., Silva, J. L. A., Melo, L., Evaristo, T., & Cavaco, V. (2000). *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre. Os Processos de motivação para o trabalho: a formação e a iniciativa*. Lisboa: Observatório do Emprego e da Formação Profissional.
- GALLAND, O. (1996). L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques. *Sociologie et sociétés*, XXVIII, 1, 37-46.
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal* (Trd. ALMEIDA, Miguel Vale, 2ª. ed). Oeiras: Celta Editora.
- GUERREIRO, M.D. (2000) *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*. (org) Actas do Seminário "Conciliação entre trabalho e vida familiar e solidariedade intergeracional". Lisboa: CIES-ISCTE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA & Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1998). *Tipologia de áreas urbanas*. Aprovada pela 158ª. Deliberação do Conselho Superior de Estatística, Reunião Plenário de 3 de Julho de 1998.
- LEVY-LEBOYER, C. (1986). Conséquences psychologiques du chômage des jeunes (13-40175). In G. R. Grâce & P. Joshi (coord). *Les Crises de la vie adulte*. Paris : Editions Vigot.
- MACHADO, F.L, & Costa, A. F. (1998). *Processos de uma modernidade inacabada*. In J. M. L. Viegas, & A. Firmino da Costa (org.), *Portugal, que modernidade?* (2a edição, pp. 17-44). Oeiras: Celta Editora.
- MASLOW, A.H. (1954) *Motivation and Personality*, New York, Harper and Row.



- MIRANDA, H. (2003). Trabalho e lazer: reformulação ou dissolução da relação de oposição. Tese de Mestrado. ISCTE. Orientação Prof. Dr.<sup>a</sup> Helena Lopes. Lisboa: ISCTE.
- NEWMAN, B. M. & Newman P. R. (1983). Understanding adulthood. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- NIMAL, Patrícia, LAHAYE, Willy, POURTOIS, Jean-Pierre. (2000). Logiques familiales d'insertion sociale \_ étude longitudinale des trajectoires de jeunes adultes », DeBoeck, Bruxelas.
- PAIS, J. M. (1992). A vida como aventura: uma nova ética de lazer? In, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, ICS, pp. 99-110.
- PEIXOTO, C., Singly, F., & Cicchelli, V. (2000). Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudanças” in PEIXOTO, Clarice, SINGLY, François e CICCHELLI, Vincenzo (2000) Família e Individualização, FGV, Rio de Janeiro pp 7-19
- PIRES, M. L., & Borges, G. (1998). Escola, trabalho e emprego (pp. 247-321). In J. M. Pais (coord.), Geração e valores na sociedade portuguesa contemporânea. Lisboa: Secretaria do Estado da Juventude 247-321.
- SILVA, A. M. (2003). A formação de adultos. In A. M. Costa e Silva. Formação, Percursos e Identidades. Coimbra: Quarteto Editora. (23-74). Colecção Nova Era: Educação e Sociedade, nº.13.
- SINGLY, F. (2000/2001). Livres juntos: o individualismo na vida comum. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- TEIXEIRA, E. G. (2001). Solidão, a busca do outro na era do eu: estudo sobre sociabilidade na modernidade tardia. Sociologia Problemas e Práticas 31-47.
- TORRES, A. C. (2001). Sociologia do Casamento. Oeiras: Celta Editora.
- TORRES, A. (2000). A individualização do feminino, o casamento e o amor (pp.135-156). In C. Peixoto, F. Singly & V. Cicchelli, Família e individualização. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- VALA, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Eds.), Psicologia Social (4.<sup>a</sup> ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VALA, J., Cabral, M.V, & Ramos, A. (2003). Atitudes Sociais dos Portugueses. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS.
- VASCONCELOS, P. (1998). Vida familiar (321-406). In J. M. Pais, Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea. Lisboa: Secretaria de Estado da Juventude.

<sup>i</sup> Parentalidade – entendida como o estado de ser pai e mãe e um conjunto de competências da família de origem em relação aos seus filhos.

<sup>ii</sup> Na realização da ACP os indicadores de adequabilidade apresentaram valores favoráveis à aplicação da técnica:  $KMO=0,828$  e Teste de Bartlett com  $p-value=0,000$ .

As variáveis “ser responsável”, “ter estabilidade mesmo que não faça o que quer (profissionalmente)”; “terminar os estudos e começar a trabalhar” e “fazer o que quer mesmo que isso implique instabilidade (profissional)” foram excluídas da análise da ACP pois apresentavam valores de coeficiente inferiores ao mínimo estipulado para a análise – 0,500 (0,455; 0,491; 0,389 e 0,276, respectivamente).

Através do cálculo dos Alfa’s de Cronbach verificou-se a coerência interna das componentes: a componente 1 “hedonismo protegido” e 2 “conjugalidade e parentalidade” apresentam valores razoáveis – 0,73 e 0,71; a componente 3 “boa condição física, intelectual e emocional” e a componente 5 “Independência e autonomia” apresentam valores modestos – 0,65 e 0,61; as componentes 4 “reflexibilidade” e 6 “rotina quotidiana e do salário” apresentam valores mais fracos – 0,48 e 0,39 –, contudo, decidiu manter-se estas duas componentes por considerar-se que avaliam aspectos importantes já referidos ao nível do quadro teórico.

<sup>iii</sup> Hierarchical Cluster Analyses – procedimento multivariado utilizado para detectar os grupos homogêneos de casos. Os clusters foram formados através da medida de distância Squared Euclidean Distance, z Scores Standardize e o método Furthest Neighbor (vizinho mais afastado) – através do qual «a distância entre dois grupos é a distância entre os seus elementos mais afastados. Após formado o primeiro cluster, a distância entre os restantes sujeitos é a maior das distâncias de cada um dos elementos desse cluster com um dos restantes sujeitos» (Pestana & Gageiro, 2005, pp. 542).

<sup>iv</sup> Independente do tipo de agregado, do tipo de conjugalidade e de ser ou não autónomo ou independente desse agregado.

<sup>v</sup> Por caos vocacional entende-se a extrema sensibilidade das trajectórias existenciais às rupturas e desestabilizações, à incapacidade de prever ou projectar o futuro, assim como à dificuldade em gerir de modo referenciado situações de crise. Embora os acontecimentos destabilizadores nem sempre promovam situações perigosas ou aleatórias (o confronto com situações-limite podem deixar antever uma nova estruturação e novas oportunidades), usualmente a impressão é de que a situação é caótica (Boutinet 1998/2000).

<sup>vi</sup> Consideraram-se apenas as experiências que duraram pelo menos um ano.

<sup>vii</sup> Cada uma com um peso percentual que ronda os 3%. Exemplo: as sequências em que os inquiridos iniciam cada uma das dimensões numa idade diferente; as situações em que num mesmo ano iniciam todas as dimensões; as situações em que se inicia a conjugalidade e a vida activa mas ainda não se adquiriu residência própria; em que apenas se iniciou a conjugalidade; em que apenas se tem residência própria ou outras.

<sup>viii</sup> Não que os adultos não apreciem praticar, por exemplo, actividades desportivas ditas radicais. O que está aqui em causa é a representação generalizada do lazer e não o tipo de práticas.

<sup>ix</sup> Que na perspectiva de Machado Pais (1992) não desagrada a certos jovens.

<sup>x</sup> Sair em lazer: valorização da representação do adulto inacabado ( $\chi^2= 11,323$  e  $p-value =0,023$ ); em união de facto ou sem viver em conjugalidade ( $\chi^2= 49,350$  e  $p-value =0,000$ ); da geração mais nova ( $\chi^2= 58,312$  e  $p-value =0,000$ ). Sair com amigos: valorização da representação do adulto inacabado ( $\chi^2= 9,806$  e  $p-value =0,044$ ); em união de facto ou sem viver em conjugalidade ( $\chi^2= 105,209$  e  $p-value =0,000$ ); da geração mais nova ( $\chi^2= 106,549$  e  $p-value =0,000$ ).

<sup>xi</sup> 70% dos inquiridos vivem em conjugalidade – 59,2% estão casados e 10,7% encontram-se em união de facto –, 17,7% dos inquiridos são solteiros e 12,4% estão divorciados ou separados.

<sup>xii</sup> A taxa de nupcialidade em Portugal era de 7,7 em 1981, de 7,3 em 1991 e de 5,7 em 2001 (INE, 1981, 1991 e 2001).

<sup>xiii</sup> Inquiridos que já viveram em conjugalidade.

<sup>xiv</sup> Em Portugal, em 1960, o indicador conjuntural de fecundidade era de 3,15 (o segundo mais elevado da Europa a seguir à Irlanda). Em 1980 atingiu-se o limiar crítico dos 2,1 filhos por mulher, valor abaixo do qual deixa de estar assegurada a substituição das gerações (não existindo a garantia de cada mulher gerar uma futura mãe). Em 2002, o indicador conjuntural de fecundidade era de 1,4 filhos por mulher sendo actualmente um dos mais baixos do mundo (Bandeira, 1993; Barreto, 1996; INE, 2002).